

La guerra. Un'altra forma di nichilismo?

T

Lúcio Jorge Hammes, Rogério José Schuck

Fundamentos para a paz: limites e possibilidades

Introdução

A questão da paz reiteradamente entra em pauta, trazendo à tona diversas opiniões e compreensões, não raro, equivocadas. Falar de paz não significa que defendemos um sentimento de inércia, de ausência de ação ou o abafamento dos conflitos. Referimo-nos às ações desenvolvidas para edificar alternativas à violência e construir bases para aprender a resolver os conflitos de modo não violento, valorizando as resoluções já estabelecidas pela civilização, que cuida dos direitos humanos e dos princípios de convivência humana.

O objetivo do artigo é discutir possibilidades de construir a “paz perpétua”, defendida por Kant (2008), possibilitando a convivência pacífica entre pessoas, grupos e nações. A paz se fundamenta no respeito às leis para “coordenar o antagonismo das suas disposições pacíficas no seio de um povo” (p. 29). Esta perspectiva de paz é a base para buscar consensos, “necessários do código não escrito, tanto do direito de Estado como do direito das gentes, para um direito público dos homens em geral e, assim, para a paz perpétua” (Kant 2008, p. 23). Dessa forma, o artigo parte de estudos já aprofundados sobre a resolução conflitos de forma não violenta, servindo de base para a construção de alternativas possíveis para a edificação da paz.

Vivemos ainda tempos marcados por conflitos de ordem econômica, ideológica, cultural, dentre outras, com forte presença de iniciativas bélicas para solucioná-los. Situações de violência doméstica, chacinas ou guerras, normalmente, sofrem as consequências da resolução de conflitos de modo violento. Estas situações podem levar a mais violência.

Em relação à guerra na Ucrânia, destacam-se as ameaças que permanecem como horizontes nos discursos que envolvem o uso de armas nucleares, constituindo-se em potencial ameaça para a sobrevivência da humanidade. Armas de potencial destruidor semelhante foram lançadas pelos Estados Unidos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Agora, em pleno ano de 2023, quase há 80 anos dos eventos do uso de bombas atômicas contra os japoneses, a Rússia recoloca a discussão em pauta, numa declaração do seu ex-presidente Dmitry Medvegev:

Imaginem que a contraofensiva, que é apoiada pela OTAN, fosse um sucesso e eles [a Ucrânia] arrancassem uma parte de nossa terra, então seríamos forçados a usar uma arma nuclear de acordo com as regras de um decreto do presidente da Rússia. Simplesmente não haveria outra solução. Nossos inimigos devem rezar a nossos combatentes para que não permitam que o mundo seja destruído por chamas nucleares (Força Aérea Brasil 2023).

A mesma fonte (Força Aérea Brasil 2023) afirma que a “Rússia tem hoje 4.400 ogivas nucleares de reserva, com aproximadamente 1.900 delas em armas nucleares táticas”. Percebe-se que ainda estamos numa corrida armamentista como forma de preparar-se para resolver os conflitos, de modo violento.

Neste artigo, defendemos a mudança da forma de resolução de conflitos, para não mais usar a violência para encaminhar a resolução. Esta perspectiva não violenta de resolver os conflitos pode ser a base para construir a cultura da paz, tornando comum resolver os conflitos de modo não violento. Ao longo do texto, percebe-se que a superação somente é possível com uma educação para a paz, em busca de uma cultura de paz, invertendo a lógica da máxima que vem desde o Império Romano, que traz como princípio: “Se queres a paz, prepare-se para a guerra”.

A partir da definição do conceito de conflito, o estudo busca bases para a solução dos conflitos de modo não violento, apresentando fundamentos da educação para a paz e a construção da cultura da paz.

Percorso metodológico

Este artigo é resultado de estudos impulsionados pelo desenvolvimento do projeto de pesquisa “Fundamentos da cultura da paz: pesquisas e intervenções sobre a gestão de conflitos e a cultura da paz”. Também discute os estudos feitos por Guimarães (2005), estabelecendo um diálogo fecundo

com as demais pesquisas desenvolvidas pelo autor. Os encontros entre os pesquisadores facilitaram o aprofundamento de questões ainda abertas.

A pesquisa teve como objetivo discutir e aprofundar as possibilidades de construir a paz, fundamentada em acordos ou leis que sedimentam a vida em sociedade. Ou seja, uma proposta de paz que busca consensos e resolve os conflitos de modo não violento, tendo como horizonte a cultura da paz.

Para a coleta de dados, foram utilizados referenciais teóricos norteadores de aspectos que envolvem a resolução de conflitos, educação para a paz e culturas de paz, na perspectiva de fundamentar culturas de paz, tendo presentes os limites e as possibilidades na formação de sociedades que caminham para a resolução de seus conflitos de modo não violento.

A análise dos dados apoia-se na hermenêutica do texto de Ricoeur (1986), para interpretar os documentos no contexto histórico-social e cultural. Dessa forma, a análise interpretativa dos dados valoriza as ideias-força presentes em três categorias: resolução de conflitos, educação para a paz e culturas de paz.

O artigo traz dados da pesquisa sobre os fundamentos da educação para a paz e questões relacionadas, como violências, conflitos e educação para a paz, tendo como horizonte a construção de uma cultura de paz. Através da análise bibliográfica, aprofunda conceitos centrais que fundamentam a resolução de conflitos de modo não violento.

Resolução de conflitos como base da violência ou da paz

A busca de fundamentos para a paz tem na resolução de conflitos uma base para buscar a paz, conforme define Hammes (2021, p. 71). Também compreendido como disputa ou discórdia, o conflito se instaura no encontro de pessoas com pensamentos e posicionamentos diferentes. É resultado da convivência social, tendo como motivos contendas por brinquedos, amores, bens, fama, questões ideológicas, etc. Dessa forma, o conflito é compreendido como algo normal na convivência em sociedade, mas sua resolução pode seguir caminhos de paz ou de violência, dependendo da forma de resolução.

Elucidar as situações que envolvem o conflito e suas implicações é a base para que seja tratado de modo adequado. Sua resolução depende da formação e da animosidade das pessoas envolvidas, destacando sua capacidade de diálogo e de convencimento, mas também pode ser feita através da violência, quando um oprime ou massacra o outro. Dessa forma, as consequências da resolução do conflito podem ser o início da construção de

uma cultura de paz, fundamentada no diálogo, ou podem desencadear ações de violência, que resultam em brigas, assassinatos ou a própria guerra.

A história mostra que o conflito pode ser base para o estabelecimento de ações de violência e a implantação de uma cultura de violência ou pode ser uma oportunidade para desencadear ações em favor de uma cultura de paz. Se partirmos da história da sociedade ocidental, revelam-se perspectivas diferentes para tratar o conflito.

Na Grécia Antiga, na época do desenvolvimento das cidades gregas, quando Atenas se tornava um importante centro comercial e cultural, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles valorizavam o diálogo como estratégia de tratamento e de solução dos conflitos. Por isso, os espaços preferenciais para o desenvolvimento do pensamento eram a Ágora (praças públicas), a Academia e o Liceu, onde se encontravam o mestre e os discípulos para pensar e dialogar sobre questões emergentes, entre as quais estava a resolução dos conflitos da *pólis*.

As temáticas centrais que ocupavam os filósofos de Atenas se relacionavam à vida em sociedade, especialmente, a ética e a política. A vida do cotidiano era tema preferencial para a reflexão filosófica, valorizando a coerência (relaciona teoria e prática) e a autenticidade (ser o que anuncia ser), o que resultava em embates com outros pensadores, como os sofistas ou pessoas que ocupavam o poder político ou judiciário da época. O método socrático consistia em perguntas para as quais obtinham-se opiniões do interlocutor, que resultavam em outras perguntas e respostas, para demonstrar os limites das primeiras opiniões, para, então, construir com o interlocutor, o conhecimento sobre o qual discutiam. Esse método “consistia em livrar seus companheiros de todas as crenças infundadas e ‘quimeras’ – as simples fantasias que preenchiam seus espíritos” (Arendt 1993, p. 49).

Na cultura judaico-cristã, há situações descritas na Bíblia que podem ajudar a compreender o conflito e as formas de resolução. São histórias lidas e rezadas por pessoas que se organizam como povo e encontram nestas passagens, expressões que ajudam a organizar sua vida. Apontamos apenas algumas:

- a) Caim e Abel (Gn 4,3) – Os filhos de Adão e Eva, Caim e Abel, se tornaram agricultor e pastor. Os dois fizeram sua oferta a Deus: Caim apresentou frutos da terra e Abel, primícias do seu rebanho. Mas, Caim sentiu ciúmes do irmão, ficou extremamente irritado, armou uma emboscada, convidando-o para ir ao campo e atirou-se sobre ele e o matou.
- b) A intervenção do rei Salomão (1 Reis 3,16-28) – O rei Salomão foi chamado para intervir num conflito em que duas mulheres se diziam mães do mesmo menino. Diante disso, o rei pede uma espada e pronuncia: “Dividi

em duas partes o menino vivo e dai metade a uma e metade a outra”. A mãe então clama para não matar o menino e entregá-lo vivo.

- c) O Êxodo do Egito (Ex 5) – Moisés é um israelita que cresceu e foi educado junto ao Faraó, rei do Egito. Percebendo que seu povo era maltratado como escravo, com Arão, pede a libertação do povo (Ex 1,5). Moisés comunica que Deus enviará pragas se o Faraó impedir a saída do povo do Egito. Após as 10 pragas caírem sobre o Egito, Moisés consegue seguir pelo Mar Vermelho e se constitui como povo no deserto, para ocupar a Terra Prometida.
- d) Dar a outra face (Mt 5, 38-42) – O ensinamento de Jesus de Nazaré muda as relações do *Olho por olho e dente por dente* diante do malvado. Ele ensina: “se alguém te dá um tapa na face direita, oferece-lhe também a esquerda! Se alguém quiser abrir um processo para tomar a tua túnica, dá-lhe também o manto! Se alguém te forçar a andar um quilômetro, caminha dois com ele! Dá a quem te pedir e não vires as costas a quem te pede emprestado” (Mt 5, 39-42).

- e) A expulsão dos vendedores (Mt 21, 12-13) – Ao entrar no templo, Jesus expulsou os comerciantes, derrubou as mesas dos cambistas e os bancos dos negociantes de pombas, dizendo: “Está escrito: Minha casa é uma casa de oração (Is 56,7), mas vós fizestes dela um covil de ladrões (Jr 7,11)!”.

Os conflitos bíblicos se tornam conhecidos através da vivência religiosa, que pode provocar reações diferentes: servir para promover ainda mais violência ou para levar a uma cultura da paz. Assim, em relação à expulsão dos vendedores, Guimarães (2019, p. 190) afirma que Jesus respeita o templo e

[...] não se pode falar de raiva de Jesus, nem de manifestação de impaciência. É preciso comparar esta ação de Jesus com ações de Gandhi, quando, por exemplo, este convida a queimar os tecidos britânicos, como gesto de protesto contra as leis britânicas que proibiam os indianos de fabricarem seus próprios tecidos. Uma ação que tem um impacto forte e desorganiza o sistema existente, mas que não faz violência contra ninguém!

Os conflitos retratados, sejam na Bíblia ou em outros textos, se desenca-deiam com pessoas e em contextos específicos. Por isso, uma resolução adequada do conflito requer a sua compreensão (elucidação), mantendo aberto o diálogo entre as partes envolvidas. Dessa forma, é possível expressar melhor os sentimentos, desejos e dilemas, que envolvem estes conflitos, a fim de superá-los da melhor forma possível.

O desejo de suplantar os conflitos sem violência e guerra, segundo Kant (2008), poderia ser expresso na “Constituição civil em cada Estado”, em que

haja um “poder supremo legislativo, executivo e judicial, que dirima pacificamente os nossos conflitos”. Significa dizer que qualquer nação, incluindo as grandes potências, pode encontrar uma maneira de não entrar num conflito. Para Kant a razão é suprema para tomar as rédeas da sua historicidade, haja vista que “se não existir o substituto da federação das sociedades civis, a saber, o federalismo livre, que a razão deve necessariamente vincular com o conceito de direito das gentes” (Kant 2008, p. 18).

Deutsch (2004) destaca um conjunto de variáveis que influenciam a ocorrência de conflitos, tais como: 1) as características das partes em conflito; 2) os relacionamentos prévios de um com o outro; 3) a natureza da questão que originou o conflito; 4) o ambiente social em que ocorreu o conflito; 5) os espectadores interessados no conflito; 6) as estratégias e a tática empregada pelas partes no conflito; 7) as consequências do conflito para cada participante e para outras partes interessadas. Para o autor, as dinâmicas do conflito interpessoal, intercoletivo e internacional aparentam ter características similares e “parecem depender de alguns processos subjacentes comuns, como a profecia de autoexecução, percepção e julgamento equivocados, e compromisso inconsciente” (Deutsch 2004, p. 32).

Os conflitos, segundo Guimarães (2004, p. 10), “são normais não necessariamente positivos ou negativos, maus ou ruins. É a resposta que se dá aos conflitos que os torna positivos ou negativos, construtivos ou destrutivos. A questão é como resolvemos os conflitos, se por meios violentos ou não violentos”.

Esta perspectiva de compreensão do conflito também é defendida por Deutsch (2004, p. 35), ao salientar que “o conflito dispõem-no no rol dos vilões, como se o conflito em si fosse a causa da psicopatologia, da desordem social e da guerra”. Porém, o conflito tem funções positivas, pois, independentemente de nossa vontade, por fazermos parte da sociedade, faz parte do contexto vital em que nos encontramos. Os conflitos são parte constituinte da nossa existência, de modo que é impossível viver sem a presença de conflitos. Podemos até eliminar alguns conflitos por um curto espaço temporal, mas não há como eliminá-los ou suprimi-los por um longo tempo. A arte do bem viver comprehende isso e aprende a melhor forma de coexistir e superar gradualmente os conflitos.

Para Guimarães (2004), o conflito não deve ser encarado necessariamente como algo ruim, negativo, ou como obstáculo para a construção da cultura da paz. Segundo o autor, “é a resposta que se dá aos conflitos que os torna positivos ou negativos, construtivos ou destrutivos. A questão é como resolvemos os conflitos, se por meios violentos ou não violentos” (Guimarães 2004, p. 10).

A resolução de conflitos de modo não violento pode contribuir para construir uma cultura de paz, mudando atitudes, crenças e comportamentos (no dia-a-dia ou nas grandes negociações entre países), tornando natural resolver os conflitos sem violência. Conforme Guimarães (2004, p. 18), esta forma de solução de conflitos amplia os conhecimentos sobre o panorama da diversidade humana, passível de gerar soluções, em que não seja necessário ter ganhador e perdedor, numa perspectiva do “ganha-ganha”, com soluções razoáveis para ambas as partes. Em vez de encarar o outro com hostilidade e como adversário, é possível tê-lo como parceiro, com interesses comuns, numa ótica de cooperação.

Para o desenvolvimento do processo de solução de conflitos de forma não violenta, destacam-se movimentos e pessoas, como é o caso de Mahatma Gandhi (1869-1948), que deu a contribuição pessoal mais significativa na história da técnica não violenta. Conforme Sharp (1973, p. 82), com suas experiências, com o uso da não-cooperação, da desobediência e do desafio, Gandhi objetivava controlar governantes, alterar políticas governamentais e minar sistemas políticos; Martin Luther King (1929-1968), com as lutas pelos direitos civis, promoveu o boicote aos ônibus que proibiam que os negros ocupassem assentos nesses veículo; também participou da Marcha sobre Washington, ocasião em que fez o discurso “Eu tenho um sonho”, junto ao Memorial de Lincoln; Nelson Mandela (1918-2013), um líder da resistência não violenta, foi condenado por traição, tornando-se um dos prisioneiros mais famosos do mundo, que, após ter conquistado a liberdade, foi responsável pela refundação do seu país como uma sociedade multiétnica.

Esta proposta de resolução de conflitos fundamenta-se nos ensinamentos filosóficos da vertente grega e da tradição judaico-cristã. Traz em sua essência propostas que apontam caminhos ou aprofundam as ações, com destaque para a resolução de conflitos através do diálogo, desenvolvendo uma “educação dialógica e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, caracterizando-se pela profundidade na interpretação dos problemas” (Freire, 1967, p. 61).

Em busca de fundamentos para a paz

A resolução não violenta de conflitos pode constituir a base para a paz e para promover a cultura da paz. Esta paz, conforme Hammes (2009), requer conceituações precisas e a educação para a paz, desde a mais tenra idade, com o objetivo de edificar uma cultura de paz

Situações de violência ainda vêm ocupando espaços nos meios de comunicação e são estudados na academia. O combate à violência é uma das propostas mais citadas nas campanhas eleitorais, sendo destinados recursos públicos para o policiamento, a construção e a manutenção de presídios e hospitais e para as guerras. Parece haver unanimidade em torno desse tipo de ações e a paz passa a ser tarefa de todos.

No entanto, estudos mais aprofundados na perspectiva da paz duradoura têm mostrado contradições e chamam atenção das consequências da ausência de políticas efetivas para contrapor à cultura da violência, criando assim mais violência. Nessa perspectiva, Hammes (2009) busca trazer a situação para o debate:

Em nível global, o fim da guerra fria no Ocidente não levou para longe a ameaça de uma catástrofe mundial provocada, não por fatores externos ao planeta, mas pelo próprio modo de vida existente entre nós. Segundo dados do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), em 1997, foram gastos cerca de 740 bilhões de dólares em armas [...] O genocídio estende-se para todas as formas de vida, numa situação de biocídio e geocídio. Estima-se que a cada dia desaparecem cerca de 10 espécies vivas. Entre 1975 e o ano 2000, 20% das espécies vivas desapareceram da terra. Com os meios técnicos que inventou, a humanidade está em condições de exterminar a si mesma, sem deixar sobreviventes. Em nível local, está o avanço da violência em todas as suas formas: física, psicológica e simbólica. A humanidade deve decidir se transforma a si própria e opta pela paz ou se abdica da certeza de seu futuro humano (Hammes 2009, p. 12).

Os estudos também indicam que há perspectivas diferentes em jogo. Além dos que defendem propostas que vão em direção à cultura da violência (defendem clubes de armas, a venda de armas, a violência contra organizações sociais, etnias ou a pessoas de partidos diferentes), há aqueles que propõem novas formas de educar e viver, referenciados em novas relações socioculturais, a partir do princípio da não violência.

Conforme Aguillera (1994, p. 23), uma das exigências para a consolidação da paz é a educação para a paz. Ela surge a partir da experiência da primeira grande guerra, com os movimentos de renovação pedagógica, a realização de oficinas, pesquisas, estudos e publicações de obras como “Educazione e pace” (Montessori 1951), que defendem uma concepção positiva de educação para a paz e afirmam que não basta mostrar os horrores da guerra, mas estimular o espírito de cooperação e a compreensão.

A história tem revelado que, após a segunda grande guerra, desenvolve-se uma corrida armamentista, ao mesmo tempo em que surge um

grande movimento pacifista. A educação para a paz é compreendida como ação pedagógica, que requer a investigação de temas como culturas de paz, tendo nos grupos de não violência e paz, os espaços preferenciais para tematizar suas grandes questões. Dessa forma, a educação para a paz revela-se como possibilidade no próprio espaço formal de educação, contribuindo para a superação da violência no meio escolar e a construção de uma sociedade não violenta. “A educação para a paz é hoje reconhecida como tarefa mundial, exigência indiscutível, componente importante dos programas educativos, enfim, como uma direção pedagógica necessária para a construção de uma sociedade democrática” (Guimarães 2004, p. 9).

Com Kant (2008), busca-se instaurar o estado de paz, pois a omissão diante das hostilidades ainda não é a garantia de paz. O filósofo sugere que os Estados, nas suas relações internacionais, saiam do estado da natureza, como os indivíduos fizeram numa época de sua história, e construam uma ordem jurídica que os conduza em direção à paz, pois “a razão condena a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato” (Kant 2008, p. 40).

A partir disso, passa-se a compreender a paz, não apenas como ausência de guerra ou de violência, mas como a construção de uma cultura de paz, que tem nos estudos sobre a paz, participação decisiva, para buscar entender as raízes dos conflitos e os passos necessários para a sua superação. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) assumiu esta perspectiva da paz enquanto construção, quando anunciou, em novembro de 2000, que os próximos anos (2001 a 2010) seriam a “Década Internacional para uma Cultura da Paz e da Não Violência para as Crianças do Mundo”:

A Cultura de Paz se constitui dos valores, atitudes e comportamentos que refletem o respeito à vida, à pessoa humana e à sua dignidade, aos direitos humanos, entendidos em seu conjunto, interdependentes e indissociáveis. Viver em uma Cultura de Paz significa repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana, e promover os princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, bem como estimular a compreensão entre os povos e as pessoas (Hammes 2009, p. 14).

A paz que se propõe transcende o significado restrito, que é a ausência de guerra ou de violência. A paz pode ser conceituada como uma construção, uma busca ou esforço permanente, pois ainda vivemos situações de violência. No entanto, mesmo se no nosso cotidiano já vivêssemos em paz,

a educação para a paz e a construção da paz deveriam estar na agenda da educação e das proposições das políticas públicas. A educação para a paz torna-se cada vez mais relevante, envolvendo mais pessoas, para que a cultura da paz seja a cultura vigente, orientando atitudes e valores.

Destacamos, a seguir, algumas concepções que orientam a educação para a paz, que constituem pressupostos pedagógicos que fundamentam as ações. Nesta perspectiva, comprehende-se que:

- a) A paz não é um estado, mas uma construção. A paz não é um estado dado, mas algo a ser construído com ações pacifistas baseadas em pesquisas, debates como sujeitos e cocriadores.
- b) Paz se aprende. As pesquisas indicam que a humanidade não nasce violenta ou pacífica. Mas aprende a ser, ou violenta ou pacífica. Já aprendemos que a paz, além de raízes sociais, econômicas e políticas, possui um enquadramento cultural.
- c) Paz se ensina. A educação contribui significativamente com os processos de construção de culturas de paz e de não violência. Por isso, a educação para a paz é importante para buscar a paz.
- d) A paz se constrói, empoderando pessoas. A possibilidade da paz funda-se na habilidade humana para agir juntos, tendo como ponto de partida o poder que temos.
- e) A paz se constrói a partir da não-violência. Já sabemos que as soluções aos problemas relacionados à violência terão alcance reduzido, se permanecerem no campo restrito da resposta à violência. Por isso, as ações a partir da não violência podem resultar em resolução de conflitos.
- f) A paz se constrói num processo dialógico-conflitivo. A paz se apresenta não como oposta ao conflito, à agressividade, à indignação, ao uso da força e à luta, mas é resultado da forma de resolver os conflitos. Por isso, sugere-se empregar energia e avançar em direção à resolução dos conflitos sem o uso de violência.
- g) A educação para a paz se firma como um elemento de ressignificação das práticas educativas (tanto da escola como da sociedade). Mais do que disciplina específica, a educação para a paz apresenta-se como eixo pedagógico, a partir do qual podem ser redesenhas as práticas educativas, priorizando estudos, mas também as horas-aula, espaços físicos, tomadas de decisões, linguagem, elementos lúdicos, aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos, dentre outros.
- h) A educação para a paz funda-se no primado do vivido sobre o enunciado. Assim, é possível enfrentar o “passar o conteúdo”, estruturando a educa-

ção para a paz, a partir de vivências que constituam o próprio conteúdo. Logo, a metodologia se torna central, pois une fins e meios, os meios como embriões e sementes dos fins.

- i) A educação para a paz a partir do referencial sociocrítico. A educação para a paz tem a ver com o desvelamento dos germes culturais do desentendimento, dos sentimentos e das intenções sociais, contrários aos valores mais indispensáveis da experiência humana. Como afirmou Paulo Freire, ao receber o Prêmio de Educação para a Paz, da UNESCO, em 1986: “A paz se cria, se constrói, na e pela superação das realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói, na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz, que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, torna-o opaco e tenta miopizar suas vítimas” (Apud Gadotti 1996, p. 52).
- j) A educação para a paz como espaço de construção coletiva. Como construção, a paz deixa de ser um atributo apenas individual, para assumir uma compreensão mais coletiva e comunitária. Nesta perspectiva, a educação para a paz apresenta-se como um espaço onde as pessoas firmam-se como pacifistas, inserindo-as no movimento social para a paz e repercutindo no seu cotidiano aquilo que é a busca das pessoas comprometidas com a paz no mundo.
- k) A educação para a paz como espaço de debate. No conflito interpretativo que se estabelece em nossa sociedade, a linguagem torna-se um “caminho para a paz”, fazendo da educação para a paz um espaço de debate, de diálogo e de negociação, para operar um consenso em torno da paz. A partir de Kant (2008), sugere-se que a paz seja construída como exercício da razão e dos acordos, em que as dimensões comunicativa e argumentativa assumem significado e lugar especial.
- l) A educação para a paz como exercício de ação. Na educação para a paz, a ação, entendida em sua dimensão pública e política, torna-se uma experiência de descoberta e de articulação com o movimento pacifista, num esforço de solidariedade para a resolução dos conflitos, de modo não violento.

Estas concepções teóricas orientam a prática e dão consistência à vivência social. A educação para a paz tem um valor todo especial. Ela ajuda a aceitar o diferente e valorizar as diversas formas de ser e de agir. Coloca-se como condição imprescindível para a vivência harmônica, pois se aprende a viver em paz, uma vez que ninguém nasce violento ou pacífico, como também ninguém tem tendência natural (biológica) para a violência ou para a paz.

Destaca-se que a paz continua sendo uma das questões de interesse geral, isto é, de políticos, de religiosos, de instituições internacionais e nacionais, etc. Há estudos relacionados às temáticas paz, violência e conflitos, que buscam relacionar as condições para que haja paz.

O grupo de pesquisadores corrobora que sem uma verdadeira educação inclusiva não é possível construir a paz. Esta perspectiva vai ao encontro de princípios sustentados por Abraham Muste, de que “a paz é o caminho”. Nesse sentido, constitui-se como referência para organizações, grupos e movimentos, que pautam suas ações no princípio da não violência.

Considerações finais

Já é tempo de passarmos de um conhecimento negativo para um conceito positivo de paz, no sentido de buscar a paz, não como um estado de espírito ou um acontecimento, mas como construção. A paz não se caracteriza a partir do conceito de identidade, mas de pluralidade e de multiplicidade cultural. Sugere-se ampliar a noção de paz, não mais ancorada na subjetividade, mas na relação intersubjetiva. Esta superação da compreensão idealista de paz passa pelo esforço de pensar a paz como um projeto a ser realizado.

Questões de violência e paz fazem parte da pauta do cotidiano, desde os círculos de amigos até os grupos de pesquisa e as instituições que compõem a sociedade. A discussão acerca da temática assume não apenas o debate popular, mas o papel de circunscrever e de fornecer chaves interpretativas para outras temáticas, tais como direitos humanos, convivência e desenvolvimento sustentável.

Na busca de bases que fundamentem possibilidades de paz, emergem aspectos que podem constituir referências para a construção de propostas que sustentem a paz e a proposição de políticas públicas para a educação, a segurança pública e os direitos humanos.

Dessa forma, as temáticas de violência e paz não podem se esgotar, abrangendo até causas e variáveis psicológicas, sociais, econômicas, culturais. Referem-se ainda à produção cultural, identificadas como cultura de violência ou cultura de paz. Dessa forma, a cultura da violência não deve ser entendida enquanto ação individual, que independe do contexto social. Urge evitar simplismos ou reducionismos como os que associam violência com segurança, restringindo o debate a mecanismos de controle e de repressão à violência.

Debates sobre violência e paz emergem normalmente com a experiência de fatos graves como crimes hediondos, tragédias comunitárias, chacinas ou a eclosão de guerras. São contextos que trazem questões como pena de morte, a militarização do aparelho policial e a corrida armamentista. Contudo, é um equívoco limitar o debate a esse nível de discussão.

A busca de saídas racionais e a fundamentação da paz requerem uma postura crítica, pois a “violência não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública” (Arendt 1994, p. 58). Esta violência, trazida à esfera pública, pode constituir a base para pensar sistematicamente questões relacionadas à violência e à guerra, colocando-se em oposição às narrativas apresentadas cotidianamente, revelando o quanto a violência, a guerra e sua arbitrariedade ainda são consideradas corriqueiras e desconsideradas em suas relações mais profundas.

A partir desta compreensão, paz e violência não são fenômenos naturais ou manifestações do processo vital, mas se referem às relações humanas e sociais e, como tais, devem ser tratados. Por isso, discutir paz e violência envolve todos os seres humanos e não apenas um grupo ou setor. Esta responsabilidade se baseia na esperança de que a violência não é uma fatalidade inexorável. A violência é produzida pelas pessoas, mas pode ser evitada, superada e trabalhada em sociedade.

A possibilidade da paz baseia-se na habilidade humana para agir conjuntamente, constituindo uma das mais decisivas experiências humanas. Por isso, sugere-se construir proposições e alternativas, não apenas para reagir à violência ou à cultura de violência, mas no sentido de edificar uma sociedade pacifista e uma cultura de paz.

Referências

- Aguillera, B. et al. (1994), *Educar para la paz*, Madrid, Centro de Investigación para la Paz, s/d.
- Arendt, H. (1993), *Lições sobre a filosofia política de Kant*, trad. A. Duarte de Mamedo, Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- Deutsch, M. (2004), *A Resolução do Conflito*, in «Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação», vol. 3, DF: Editora Grupos de Pesquisa, Brasília.
- Força Aérea, Revista Força Aérea. Disponível em: <https://forcaaerea.com.br/ex-presidente-russo-ameaca-ucrania-e-otan-com-armas-nucleares/>. Acesso em ago. 2023.

- Freire, P. (1967), *Educação como prática da liberdade*. Série Ecumenismo e Humanismo, vol. 5, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Gadotti, M. et al. (1996), *Paulo Freire: um biobibliografia*. São Paulo. Cortez, Instituto Paulo Freire, Brasília: UNESCO, p. 52.
- Guimarães, Dom I.R. (2019), *Correspondência com Irene. Meditações de um cristão sobre a paz e a não violência*, Educs, Caxias do Sul.
- Guimarães, M.R. (2005), *Educação para a paz: sentidos e dilemas*, Educs, Caxias do Sul.
- Guimarães, Marcelo Rezende (2004), *Um novo mundo é possível: dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos*, Sinodal, São Leopoldo RS.
- Hammes, L.J. (2009), *Conceituação e antecedentes históricos da educação para a paz*, in Selau, B., Hammes, L.J., *Educação Inclusiva e Educação para a Paz: relações possíveis*, EDUFMA, São Luis/MA, pp. 9-20.
- Hammes, L.J. (2021), *Conflito*, in Nodari, P.C., Síveres, L. (Org.), *Dicionário de Cultura de Paz*, vol. 1, Editora CRV, Curitiba.
- Kant, I. (2008), *A Paz Perpétua: Um Projecto Filosófico Tradução Artur Morão*, LusoSofia, Covilhã.
- Montessori, M. (1951), *Educazione e pace*, Garzanti, Milano.
- Ricoeur (1986), *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica*, vol. II, Rés, Porto.
- Sharp, G. (1973), *The Politics of Nonviolent Action. Part 1: Power and Struggle*, Porter Sargent Publishers, Boston.

English title: Foundations for Peace: Limits and Possibilities

Abstract

Violence and peace are part of our daily lives, permeating circles of friends, groups and institutions that make up society. The investigation intends to discuss the possibilities of building “perpetual peace”, defended by Kant (2008), enabling peaceful coexistence between people, groups and nations. It is a qualitative research, which, together with the bibliographical analysis, deepens central concepts on the issue of non-violent conflict resolution. It defends the need for a paradigm shift in conflict resolution, to no longer use violence to forward the resolution. This non-violent perspective of resolving conflicts can be the basis for building cultures of peace, making it common to resolve conflicts non-violently. It is concluded that peace and violence are not natural

phenomena, but refer to human and social relations, and should be treated as such. Therefore, discussing peace and violence involves all human beings and not just a group or sector.

Keywords: violence; peace; conflict resolution; culture of peace.

Lúcio Jorge Hammes
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
luciojh@gmail.com

Rogério José Schuck
Universidade do Vale do Taquari - Univates - Lajeado - RS – Brasil
rogerios@univates.br